

Novas economias, novas esperanças – Passos para uma economia mais humana e inclusiva.

por *Claudio Nascimento*

A panaceia tecnológica disruptiva e excludente

A década de 1980 foi um marco muito importante na perspectiva do modo de produção capitalista. Podemos afirmar que o 2º. grande ciclo produtivo (Modelo fordista) teve seu fim quando do surgimento, fundamentalmente, do sistema Toyotista¹ no Japão. Denominamos esse novo ciclo como a 3ª. Revolução Industrial que se caracterizou como início concreto da automação, da comunicação on-line e da informática, bem representada pelo novo mundo da internet.

Em termos de ambiente produtivo a 3ª Revolução Industrial nos mostrou uma produção marcadamente pela “poupança” da força produtiva humana. Novos equipamentos e novos sistemas produtivos conseguiram produzir mais e melhor os novos produtos, basicamente de bens de consumo. Computadores pessoais, telefones celulares, armazenagens de informações em meios digitais, sistemas automatizados de produção e lampejos robóticos marcaram decisivamente a forma e o modo de produção capitalista. A produtividade da força de mão-de-obra foi facilmente superada pela junção dos hardwares (computadores) e softwares (sistemas de processamento de informações) mais velozes e furiosos quanto ao uso intenso do fator humano na produção. E, isso, não ficou restrito ao mundo da produção. No setor de serviços também teve impulso novas formas de atendimento das demandas por informação, saúde, comunicação, serviços públicos e pessoais. Até na tradicional agricultura essa combinação moderna (hardware e software) teve influência tanto na quantidade como na qualidade dos produtos, principalmente nas culturas de commodities (grãos, por exemplo).

Toda nova forma de produção traz consigo novas formas de acumulação e concentração de capital. Os novos sistemas produtivos modernos simplificados supracitados possibilitaram novos patamares de redução de custos com ampliação considerável da produtividade, em todos os setores. Grandes espaços fabris foram (destruídos) transformados em produções em cédulas reduzidas, com grande impacto negativo no número de trabalhadores empregados, como também, em sistemas produtivos integrados de relação demanda e oferta. Isto é, se produz quantitativamente o que se demanda e da forma on-line – redução do tempo entre a decisão de produção e consumo dos bens e serviços. O tempo assumiu outra dimensão.

E, quando se pensava que as duas décadas de 1980 e 1990 seriam os degraus dessa nova revolução produtiva e de consumo. Um novo sistema surge com mais força e mais fúria. Fruto, ainda dos embriões da 3ª. Revolução Industrial, surge um sistema mutante já denominado por Indústria 4.0 ou a 4ª Revolução Industrial. Caracterizada, essa, pela intensificada e potencializada robotização, comunicação entre máquinas e coisas, inteligência artificial, biotecnologia, inovações disruptivas, serviços altamente personalizados, educação a distância mediada por sistemas computacionais, acelerando a eficiência operacional e novos patamares de acumulação e crescimento do capital nunca vistos e/ou imaginados. Isso está sendo construído pela reunião de tecnologias emergentes, conectados e inteligentes digitalmente num caráter global. Nem bem

estávamos entendendo a 3ª Revolução Industrial quando chegou, de assalto, um novo e perverso sistema ainda mais poupador da força de mão-de-obra.

Em síntese, o final do século XX, estabeleceu-se no surgimento de um novo padrão global de desenvolvimento produtivo e competitivo que destoou dos padrões industriais anteriores. O paradigma tecnológico desenvolvimentista se caracteriza por uma ampla situação disruptiva. As inovações tanto nos equipamentos como nos sistemas produtivos não guardam mais a sequência lógica e evolutiva de melhorias de produção. Mas sim, se estrutura por inovações radicais dos modelos anteriores. Consubstanciando novos produtos, novos serviços personalizados e por equipamentos produtivos robotizados e automatizados de forma intensa. E, principalmente, pela desconstrução do uso da força de mão-de-obra. Postos de trabalhos são exterminados radicalmente. Centenas de profissões são substituídas por novos controles informatizados e o “chão de fábrica” se torna “clean” e asséptico. A presença do recurso humano não tem mais significado decisivo no processo produtivo.

A Reação I – O Movimento Ambientalista Mundial e o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desde que o homem descobriu sua força transformadora da natureza a relação com o meio ambiente sempre foi conflituosa. Isto é, sua capacidade de transformar determinados recursos em bens de consumo deixou um rastro de destruição da flora e fauna estorrecedor. Desde a descoberta do fogo, o homem nunca guardou preocupação com os recursos naturais. Ao final das contas é o nosso padrão civilizatório nos impulsionou na construção de uma

concepção o bem-estar e o conforto na transição de nossas cavernas para os lares climatizados. E, com isso, concebeu-se uma ideia desenvolvimentista em que o ser humano é a razão de tudo, apesar de tudo e sobre tudo.

Concomitante aos novos paradigmas modernistas e tecnológicos desse fim de século (XX), uma força social traduzida pelo questionamento global sobre que tipo de desenvolvimento as economias deveriam traduzir. Esse movimento foi denominado por movimento ambientalista. Mas, dando uns poucos passos para traz em 1968, o empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da Fiat mais o cientista escocês Alexander King promoveram um encontro para se discutir o futuro das condições humanas no planeta. A ideia era convidar algumas personalidades da época para se discutir a relação entre meio ambiente, política, economia e sociedade. Como essa reunião ocorreu em Roma esse grupo foi denominado por **Clube de Roma**. Logo depois em 1972, com a mesma preocupação ambientalista, uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (**MIT**) liderado por Dennis e Donella Meadows elaboraram um relatório intitulado “Os limites do Crescimento”. Com projeções quanto aos efeitos da presença marcante do homem, do seu aumento populacional concluiu-se que a rota humana e/ou a rota produtiva do homem levaria ao esgotamento dos recursos naturais. Se a humanidade continuasse a consumir os recursos naturais como na época, e por consequência da industrialização, os recursos estariam esgotados em 100 anos. E, como, segunda conclusão o crescimento econômico no mundo deveria ser freado. Forja-se, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável.

Neste mesmo ano de 1972, em consequências e das repercussões do Clube de Roma e do relatório do MIT a ONU (Organização das Nações Unidas) criou o **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** que tinha entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio

ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras. Esse programa foi lançado na (primeira) Conferência Mundial sobre Homem e o Meio ambiente – Estocolmo/Suécia. Os principais temas tratados foram a chuva ácida e o controle da poluição do ar. E como conclusão chegou-se: “A proteção e a melhoria do ambiente é uma questão fundamental que afetava o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento econômico em todo o mundo”. Mas essa elaboração não teve um eco unânime. De um lado os países desenvolvidos queriam diminuir as atividades mundiais da indústria por um determinado tempo para reduzir a poluição. De outro lado os países subdesenvolvidos desejam continuar com a industrialização, matriz desenvolvimentista das economias e sinônimo de crescimento e bem-estar de suas populações.

O conceito de sustentabilidade ganha uma dimensão mais representativa e global com o “Relatório Brundtland” denominado como “Nosso Futuro Comum” (1987) patrocinado pela ONU o qual definiu mais explicitamente o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Dessa forma, o Relatório Brundtland norteou discussões sobre um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais em sintonia com as questões ambientais.

Vinte anos depois, exatamente em 1992, a ONU realiza a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, mais conhecida como **ECO 92**. Esse evento tentava conciliar o desenvolvimento social e econômico com a necessidade com a conservação e proteção do meio ambiente. O principal resultado desse encontro foi ao Plano de Ação – **Agenda 21**, um programa de ações para o desenvolvimento sustentável para o século 21 assinado por 179 países. Durante o evento foram aprovados também dois acordos importantes: a **Convenção da Biodiversidade** que tem como objetivo conservar a biodiversidade, fazer uso sustentável de seus componentes e dividir de forma justa os benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos, e a **Convenção sobre Mudanças Climáticas** que serviu de base para o Protocolo de Kyoto de 1997, que colocou metas de redução de emissão de gases do efeito de estufa.

O Plano de Ação **Agenda 21** tem como objetivo envolver e comprometer os países em ações instituições de governo no sentido de implementações de políticas para o **desenvolvimento sustentável** baseado no tripé ambiental, econômico e social. A Agenda 21 tem como orientação:

– Desenvolvimento de processos voltados para a conscientização da sociedade sobre os problemas ambientais e as definições sobre a relação desenvolvimento econômico e proteção e conservação ambiental;

– Comprometimento com soluções envolvendo toda a sociedade, principalmente as empresas e/ou instituições produtivas nos 3 setores produtivos (primário, secundário e terciário);

– Compatibilização dos planos de ações que expressem atenção as questões sociais, proteção ambiental e definição do conceito de desenvolvimento econômico sustentável; e

– Envolvimento toda a sociedade nas discussões dos problemas e soluções no que tange desenvolvimento econômico e cuidado com o meio ambiente.

Em **2000** a ONU através da Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 adotou a **Declaração do Milênio** definindo um conjunto de objetivos³ à serem alcançados em 2015. São eles:

- Educação básica de qualidade para todos;
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- Redução da mortalidade infantil;
- Melhora da saúde materna;
- Combate a AIDS, malária, tuberculose, principalmente;
- Garantia da sustentabilidade ambiental; e
- Estabelecimento de parcerias mundiais para o desenvolvimento.

Seguindo nossa trajetória histórica do movimento ambientalista mundial, em **2002**, ocorreu a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável⁴ em Johannesburgo/África do Sul que ficou conhecida como **“Rio + 10”**. Esse encontro teve como objetivo rever as metas propostas pela Agenda 21 e trabalhar na implementação das ações propostas anteriormente. Em **2012** ocorre a quarta conferência **“Rio + 20”** que teve como objetivo discutir sobre as renovações dos compromissos políticos ambientais anteriores e a discussão das bases do desenvolvimento sustentável. Nessa conferência também são discutidos os conceitos de segurança alimentar, acesso à água, uso da energia e a economia verde.

Um dos importantes conceitos trabalhados na conferência **“Rio +20” (2012)** a **“economia verde – EV”** foi traduzida por um conjunto de orientações e processos produtivos (indústrias, comerciais, agrícolas e de serviços) que ao ser aplicado em um determinado local ou território gera nele um desenvolvimento sustentável sob os aspectos ambientais e social. Mais em detalhe, a EV tenta compatibilizar o desenvolvimento econômico com aspectos da igualdade racial, erradicação da pobreza e melhoria do bem-estar dos seres humanos e, principalmente, reduzindo os impactos ambientais negativos e a escassez ecológica. Para exemplificar mais esse conceito podemos observar suas principais características pretendidas: -uso racional de combustíveis fósseis com a redução substancial e progressiva desse complexo energético; eficiência na utilização de recursos naturais, práticas e processos que visem a inclusão social e a erradicação da pobreza, investimentos e valorização da agricultura sem agrotóxicos e fertilizantes químicos, tratamento adequado do lixo com sistemas eficientes de reciclagem e qualidade nos sistemas de mobilidade urbana com ênfase para soluções coletivas e públicas.

Soma-se as estratégias da EV o conceito da emissão e sequestro de carbono (CO₂). Esse conceito é originário da Conferência da ONU em Quioto/Japão em 1997. As atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis, a utilização de calcário para produção do cimento, a pecuária bovina (emissão de gases pelo processo de ruminação), as queimadas e os desmatamentos florestais são as principais causas do rápido aumento dos níveis de dióxido de carbono na atmosfera contribuindo para o fenômeno do aquecimento global. Nesse sentido várias estratégias foram criadas, até então, para a retirada desses excessos. Tais como: reflorestamento, plantio de árvores, conservação de florestas redução da pecuária bovina, cuidado ambiental, diminuição das queimadas, despoluição de rios, lagos, represas, mares e oceanos entre outras.

E, finalmente, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas divulga o documento **“Transformando o nosso mundo – Agenda 2030 – os 17 Objetivos (e 169 metas) de Desenvolvimento Sustentável**. São eles:

1. Erradicação da Pobreza;
2. Fome Zero;
3. Boa saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água limpa e saneamento;
7. Energia acessível e limpa;
8. Emprego digno e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;

12. Consumo e produção responsáveis;
13. Combate às alterações climáticas;
14. Vida de baixo d'água;
15. Vida sobre a terra;
16. Paz, justiça e instituições fortes; e
17. Parcerias em prol das metas.

A Reação II – Da Economia da Comunhão de Chiara Lubich à Economia Solidária de Paul Singer

Com certeza não é de hoje que se discute sobre o esgotamento das relações de produção baseada no confronto Capital X Trabalho. Sem nos alongar em estudos históricos, sociológicos e políticos do gênero podemos buscar na Itália da 2ª. Grande Guerra Mundial (1943) as fontes para uma maior humanização nas relações de produção do mundo capitalista. Nesse ano na cidade de Trento surgiu um movimento eclesial e civil denominado como **Movimento dos Foculares** que, um pouco mais tarde denominou-se por **Economia da Comunhão – EdC**. O significado *foculare* se traduz em lar, casa ou mesmo uma laleira que aquece uma casa. O Movimento Foculare fundamenta-se na espiritualidade católica da caridade, da solidariedade e da reconstrução das casas destruídas pelos bombardeios da 2ª Grande Guerra Mundial. Esse movimento foi fundado por Chiara Lubich que se estendeu para mais de 182 países e conta com mais de 5 milhões de membros, segundo a organização do movimento.

Em 1991, esse Movimento, diante de análise de sua fundadora, das observações sobre a enorme desigualdade social dos países (Brasil, principalmente) que divide a sociedade entre pobreza concentrada na periferia e riqueza e alta concentração de renda. Um contraste inimaginável e inaceitável para com a “fé cristã”. Cunha-se, então, a expressão **Economia da Comunhão – EdC**.

A Economia da Comunhão EdC propõe uma nova forma de gestão para as empresas inseridas no sistema capitalista. A proposta está em oferecer uma alternativa ao modelo capitalista selvagem de criação de riqueza para poucos e pobreza para muitos. Com a EdC, pretende-se buscar a expansão econômica baseada no “empenho em crescer junto” e não na luta para prevalecer. Constitui-se em um esforço de integração entre a gestão de empresas e os princípios contidos em uma base religiosa para transformar o modelo econômico dominante, considerado excludente e socialmente injusto. Não se confunde, portanto, com um simples caso de filantropia ou de participação nos lucros.

O movimento opera também no sentido de estimular a passagem da economia e da sociedade, de uma cultura consumista do “ter” à “cultura do dar”, a qual, junto aos lucros, produz a liberdade do homem e a sua plena realização.

Ressalta-se, e ao mesmo tempo, alerta-se que não se trata apenas de colocar em comum moeda corrente para atingir os fins propostos, mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum a experiência adquirida e a capacidade gerencial. No movimento, entende-se que a partilha não é apenas de bens materiais, mas também de propósitos, de tempo e de capacidades. No Brasil, mais propriamente no final dos anos 90 e início dos anos 2000 Paul Singer – professor economista da Universidade de São Paulo/USP lança um movimento denominado por **Economia Solidária – EcoSol**. Buscando beber da fonte do cooperativismo mundial e nacional Singer apresenta, num conjunto de obras, as experiências brasileiras da construção de uma alternativa de economia em contraposição ao mundo capitalista. O conceito de Ecosol define-se pelo conjunto de atividades econômicas – produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. A economia solidária possui as seguintes características:

► **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união de esforços e capacidades, propriedade coletiva de meios de produção, partilha de resultados e responsabilidade solidária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas, entre outros); clubes de trocas etc.

► **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Em um projeto autogestionário, apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem e nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Todo conhecimento produzido por assistentes técnicos ou por trabalhadores/as deve ser disponibilizado para todos/as.

► **Dimensão econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

► **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores/as e consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em 2003 Paul Singer assume a Secretaria Nacional de Economia Solidária – órgão de política pública do Ministério do Trabalho do governo federal. E, por 13 anos, até 2016, desenvolve um enorme e representativo conjunto de ações de fomento para o desenvolvimento e estruturação de empreendimentos de economia solidária por todo o território nacional. Nesse período foram realizadas 3 conferências nacionais que definiram as estratégias de articulação dos empreendimentos, redes e cadeias produtivas sob os princípios da economia solidária. Cada conferência reunia mais de 3.500 de todo o país. Mulheres, jovens, agricultura familiar, cooperativas populares, redes de apoio, redes territoriais de produção e logística, bancos comunitários, quilombolas, comunidades indígenas fizeram se presentes num movimento que articulava a defesa pela construção de uma nova economia e de uma nova organização dos processos de inclusão produtiva baseados na geração autônoma de trabalho e renda nos territórios. Em 2015 foram registrados mais de 19.700 empreendimentos de economia solidária espalhados por todo o território nacional.

É muito importante ressaltar que as experiências apresentados por Singer tiveram forte apoio dos projetos de inclusão produtiva gestados pela Cáritas Brasileira – órgão da Igreja Católica – de 2006 a 2010. Esses projetos era voltado para o desenvolvimento local, fortalecimento comunitário e a geração de trabalho e renda por meio dos princípios nascentes da economia solidária. Foi um projeto nacional articulados por entidades parceiras. Tais como: Associação de Apoio às Comunidades do RN/Natal; Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de Marituba – Pará; Associação do Voluntariado e da Solidariedade – Porto Alegre/RS; Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade Porto Alegre/RS; Instituto de Tecnologia para o Agronegócio e Meio Ambiente Amazônico – Manaus/Amazonas; Unisol – Central de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária – São Bernardo do Campo/SP e Via do Trabalho – Recife/PE.

Essas entidades desenvolveram os seguintes temas:

– **Etnodesenvolvimento** – uma perspectiva sustentável dos povos e comunidades tradicionais baseada no reconhecimento e fortalecimento das potencialidades locais. Reconhece os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dessas populações e valoriza suas identidades étnicas;

– **Economia Feminista** – compreende que a Economia Solidária incorpora as relações de gênero na compreensão do pensamento econômico. Destaca as relações da divisão sexual do mundo da produção e desenvolve articulações e lutas para o empoderamento da mulher no mundo do trabalho e da sociedade como um todo; e

– **Desenvolvimento Solidário Sustentável** – princípio fundamental da compreensão do que seja a base política da Economia Solidária. Esse princípio tem como sustentação a construção de uma nova e moderna relação social não mais baseado na organização produtiva pelo Capital e sim sob o princípio do trabalho.

“A Economia Solidária é um processo endógeno de mobilização das forças sociais e das potencialidades econômicas locais com a finalidade de implementação de mudanças que proporcionem a elevação das condições de vida da população local, em harmonia com o meio ambiente e com a participação ativa e solidária da sociedade na autogestão do seu desenvolvimento.” Ademar Bertucci – Cáritas Brasileira. 2010.

Reação III – Novas formas de criar, produzir e participar na perspectiva do conhecimento e da sustentabilidade.

Também no início dos anos 2000, mais precisamente em 2001 através do autor inglês John Howkins em sua publicação “The Creative Economy” – A **Economia Criativa** apresenta o conceito onde a relação entre criatividade e capital intelectual é a base para a criação, produção e distribuição de bens e serviços. Define que o processo de produção é tão importante como o produto final. A cadeia produtiva acredita que o conhecimento é capaz de produzir riqueza, gerar empregos e distribuir renda.

“A economia criativa promove a diversificação econômica, de receitas, de comércio e inovação, e pode se relacionar, de forma simbiótica, com as novas tecnologias, notadamente as tecnologias de informação e comunicação. Iniciativas baseadas na abordagem de economia criativa podem promover a revitalização de áreas urbanas degradadas, ou mesmo o desenvolvimento de áreas rurais com herança de patrimônio cultural.” IPEA, 2013

O modelo da Economia Criativa tem como estrutura 5 Cs: – Capital Humano, Capital Cultural, Capital Institucional, Capital Social e a Criatividade como a manifestação máxima desse processo. Esse modelo foi criado pelo Centro para Pesquisa de Política Cultural, da universidade de Hong Kong, Na realidade, trata-se de um modelo com 32 indicadores relacionados com a cultura e agrupados em cinco pilares da criatividade: capital humano, tecnologia, ambiente institucional, ambiente social, abertura e diversidade. O objetivo de tal índice seria destacar o potencial da inclusão de indicadores baseados em cultura em quadros existentes relacionados à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento socioeconômico

com vista a avaliar o desempenho criativo e facilitar a criação de políticas públicas. Basicamente a criatividade é o uso de ideias para produzir novas ideias. (Ipea, 2013).

Em 2010 surge um outro conceito de economia apresentado pelos estudos da Fundação Ellen MacArthur⁵ (Inglaterra) surge o conceito da “**Economia Circular – EC**”, regenerativa e restaurativa. Seu objetivo é criar estruturas produtivas e produtos, componentes e materiais que possam ser utilizados o tempo todo – produção e consumo orientados para a reciclagem sistêmica dos diversos produtos que utilizamos no cotidiano. Desde a concepção, consumo e descarte correto para sua reutilização permanente. Com isso, haveria, por hipótese, uma considerável redução dos recursos naturais nos processos produtivos.

A EC consiste em um ciclo de desenvolvimento contínuo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produção de recursos e minimiza riscos sistêmicos administrando estoques finitos e fluxos renováveis, oferecendo diversos mecanismos de criação de valor dissociado do consumo dos recursos finitos. Os recursos devem ser regenerados biologicamente ou recuperados nos novos ciclos produtivos. Tem, basicamente, três princípios: (i) preservar e aumentar o capital natural, controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; (ii) otimizar a produção de recursos, fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade o tempo todo, através de projetos elaborados pensando na remanufatura, na reforma e na reciclagem, de modo que componentes e materiais continuem circulando e contribuindo para a economia; (iii) fomentar a eficácia do sistema, revelando as externalidades negativas e excluindo-as dos projetos, reduzindo danos a produtos e serviços.

Reação IV – Laudato Si – Sobre o cuidado da casa comum.

Em 24 de maio de 2015 o Santo Padre Papa Francisco lança sua segunda Encíclica – “Laudato si”. Encíclica é uma carta, uma comunicação e um documento de orientação a comunidade católica mundial sobre determinados posicionamentos, opinião, esclarecimento. E, principalmente, um convite para uma reflexão sobre determinado problema em que a sociedade mundial vive contemporaneamente. Assim, Papa Francisco, lança a “Laudato Si” como um convite à reflexão sobre os problemas ambientais que afligem todo o planeta e propõe uma nova forma de entender a dimensão econômico-financeira e produtiva das nações e suas consequências para com o meio ambiente.

A “Laudato si” traz consigo uma concepção de “ecologia integral”. O ser humano não está dissociado da terra ou da natureza, ele faz parte de um mesmo todo. Portanto, destruir a natureza significa destruir o próprio homem. Papa Francisco considera, em sua encíclica, que os atuais padrões de produção e consumo são insustentáveis que resultam numa clara e inequívoca degradação das relações humanas e ambientais. Isto é, a continuar com os atuais padrões de produção e consumo com base na utilização maciça dos recursos naturais estamos destruindo nossas relações e nossa casa que é única.

Já na primeira parte do documento “*Nada deste mundo nos é indiferente*” observa que a Igreja Católica sempre esteve preocupada com os problemas do mundo e reage a elas. Relembra as mensagens do Papa João XXIII quanto a mensagem de paz – “*Pacem in terris*” (1963). Oito anos depois Papa Paulo VI já alertava sobre o problema da exploração da natureza e que o ser humano começava a correr riscos de a destruir e ser destruído. E, sublinha a necessidade de se evitar uma catástrofe ecológica sob os efeitos da civilização industrial sem limites. Papa João Paulo II também alertava e advertiu que o ser humano parece “não dar conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de uso ou consumo imediato”. E, bem mais recentemente Bento XVI renova todas essas outras mensagens (alertas) fazendo um convite para “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que a parecem incapazes de garantir o respeito ao meio ambiente”.

Na segunda parte da introdução do documento escreve “*Unidos por uma preocupação comum*” ressaltando: “*Estas contribuições dos Papas recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões. Mas não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito...*”

Terminando a parte introdutória – “*O meu apelo*”

“O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da atividade humana, estão a trabalhar para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos”.

Continuando com o documento do Santo Padre Francisco no **Capítulo I – O que está a acontecer à nossa casa** – observa um conjunto de reflexões sobre as consequências da poluição, das mudanças climáticas, a questão da água, a perda da biodiversidade, deterioração da qualidade de vida humana e a degradação social, da desigualdade planetária, da fragilidade das reações e da diversidade de opiniões.

No **Capítulo III – A raiz humana da crise ecológica** – aborda os efeitos da tecnologia que se bem orientada pode trazer benefícios e soluções para a maioria dos problemas ambientais do nosso planeta. Mas, com outra orientação a tecnologia somente serve ao agravamento da centralização do poder para poucos e ampliação da miséria para muitos. Essencialmente a tecnologia não pode destruir o trabalho – uma das fontes de liberdade e desenvolvimento humano.

“Uma ecologia Integral” é o título do Capítulo IV. E no item 1 – Ecologia ambiental, econômica e social define: *“A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isto exige sentar-se a pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência duma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que **tudo está interligado**. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individuar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é partilhada com muitos seres vivos. Por isso, os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância, quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade.”*

E um pouco mais à frente introduz o conceito de da **ecologia econômica**, assim definida:

*“... o crescimento económico tende a gerar automatismos e a homogeneizar, a fim de simplificar os processos e reduzir os custos. Por isso, é necessária uma **ecologia económica**, capaz de induzir a considerar a realidade de forma mais ampla. Com efeito, «a **proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente**». Mas, ao mesmo tempo, torna-se atual a necessidade imperiosa do humanismo, que faz apelo aos distintos saberes, incluindo o económico, para uma visão mais integral e integradora. Hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Há uma interação entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que «o todo é superior à parte.”*

No **Capítulo V** – apresenta **“Algumas linhas de orientação e ação”**. São elas:

1. O diálogo sobre o meio ambiente na política institucional;
2. O diálogo para novas políticas nacionais e locais;
3. O diálogo e transparência nos processos decisórios;
4. Política e economia em diálogo para a plenitude humana; e
5. As religiões no diálogo com as ciências.

Ainda no último **Capítulo VI – “Educação e espiritualidade ecológica”**, mais especificamente no **Item 1. Apontar para outro estilo de vida** tece comentários sobre a necessidade urgente de se repensar os mecanismos do consumismo compulsivo ou obsessivo como reflexo de um sistema que parece obrigar as pessoas a simplesmente consumir sem avaliar as consequências para si, para os outros e, principalmente, para com a natureza. *“Dado que o mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma tecno-económico. Está a acontecer aquilo que já assinalava Romano Guardini: o ser humano «aceita os objetos comuns e as formas habituais da vida como lhe são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo». O referido paradigma faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder económico e financeiro. Nesta confusão, a humanidade pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e esta falta de identidade é vivida com angústia. Temos demasiados meios para escassos e raquíticos fins.”*

E, finalmente, nos últimos parágrafos observa que a “conversão ecológica” será fruto da nova consciência da necessidade de se entender que somos responsáveis por tudo que criamos e fazemos para com a natureza. E, para tanto, a educação ambiental baseada na aliança entre os conceitos de humanidade, ambiente e economia é a “chave” para a salvação da humanidade.

“A educação ambiental deveria predispor-nos para dar este salto para o Mistério, do qual uma ética ecológica recebe o seu sentido mais profundo. Além disso, há educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos duma ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão.”

O recado está dado e o convite está feito. Cabe à nos fazer por acontecer. Mobilizar mentes e corações no sentido da preservação de nosso planeta, nossa casa e de nossa civilização. Uma outra economia, uma outra sociedade, um outro ser humano desponta em reação ao processo destruidor que o sistema produtivo atual, baseado no lucro pelo lucro, que só beneficia uns poucos em detrimento de todos. Basta!

Referências:

ARAÚJO, T. D.; QUEIROZ, A.A.F.S.L. **Economia Circular: Breve panorama da produção científica entre 2007 e 2017**. XIX ENGEMA. São Paulo – SP. 2017.

OLIVEIRA, J.M.; ARAÚJO B.C.; SILVA, L. V. **Panorama da economia criativa no Brasil. Textos para discussão**. IPEA Rio de Janeiro – RJ. 2013.

SANTOS, H. B. **A economia da comunhão como uma nova forma de gestão: Impactos no sentido do trabalho**. XXXI ANPAD. Rio de Janeiro- RJ.2007

SENAES. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termos de Referência da Política Nacional de Economia Solidária**. Brasília DF. 2013.

SINGER. P. **Introdução a Economia Solidária**. Editora Perseu Abramo. São Paulo – SP 2002

_____. **A economia Solidária no Brasil**. Editora Contexto. São Paulo – SP 2000

VATICANO. Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum. Roma. 2015.

1 Historicamente podemos dividir o sistema produtivo capitalista em 3 grandes períodos: I Revolução Industrial de 1780 a 1890 (Inglaterra) – Indústria Têxtil, Metalúrgica, Energia a Vapor e as estradas de ferro; II Revolução Industrial de 1890 a 1980 (EUA, Alemanha, França e Itália) – Indústria automobilística, energia elétrica, indústria química pesada (petróleo); e a III Revolução Industrial de 1980 a 2000 (Japão) – indústria eletroeletrônica, informática, comunicação on line, automação e início da robotização.

2 O “Relatório Brundtland” foi produzido pela Primeira Ministra da Noruega – *Gro Harlem Brundtland* e foi presidente da Comissão para o Meio Ambiente da ONU.

3 Juntamente com os Objetivos do Milênio foi apresentada uma nova metodologia para calcular o grau de desenvolvimento das nações – IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

4 Essa conferência da ONU também foi denominada por Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

5 Fundação Ellen MacArthur é uma instituição de caridade registrada na instituição de caridade registrada no Reino Unido, que tem como objetivo inspirar uma geração a repensar, redesenhar e construir um futuro positivo através da estrutura de uma economia circular. Foi criada em 2009 por Ellen MacArthur, Philip Sellwood e Peter Morgan.